



**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE  
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

Parecer Conjunto nº 02/2025 sobre o Projeto de Lei nº 05/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração dos art. 2º, 3º, 6º e 7º, § 1º, da Lei 785 de 28 de abril de 2021 e dá outras providências.

**I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA**

1. Trata-se de projeto de lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, em trâmite sob o regime de urgência, que visa alterar dispositivos da Lei Municipal nº 785, de 28 de abril de 2021, que regula a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
2. As alterações propostas incluem a ampliação das hipóteses de contratação temporária, modificação no processo seletivo, alteração do prazo de contratação e concessão de benefícios como 13º salário e férias acrescidas de terço constitucional.
3. O projeto justifica essas modificações alegando a necessidade de adequação da legislação municipal às demandas da administração pública, buscando garantir a continuidade dos serviços essenciais.
4. É o relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**

5. O presente parecer conjunto encontra fundamento no art. 68 do Regimento Interno da Câmara Municipal, permitindo que as Comissões Permanentes realizem análise conjunta da matéria, de forma a conferir maior celeridade ao trâmite do projeto.
6. A análise da matéria envolve os aspectos de constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e adequação financeira-orçamentária, conforme disposto no art. 46, inciso I, alínea "a" e II, alíneas "a" e "d" do Regimento Interno.



7. O projeto está em conformidade com o disposto no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.
8. No que se refere à iniciativa, o projeto foi corretamente encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, em consonância com o art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.
9. Quanto à técnica legislativa, a proposta está adequada aos termos da Lei Complementar nº 95/1998, que regula a elaboração e redação das leis.
10. No que tange à **juridicidade**, algumas disposições do projeto apresentam vícios de constitucionalidade e legalidade, exigindo ajustes, tais como:

- **Ampliação do prazo de contratação:** Primeiramente, nota-se que não consta na propositura a justificativa necessária, baseada no interesse público, para a ampliação do prazo dos contratos temporários, sobretudo, considerando que a regra na Administração Pública é a realização de concurso público, sendo a contratação temporária excepcional. Assim, a ampliação do prazo para um ano, prorrogável por igual período, deve estar devidamente justificada para evitar desvirtuamento do concurso público.
- **Ampliação das hipóteses de contratação temporária:** A redação do inciso VI do art. 1º prevê hipótese bastante ampla que poderia resultar em preenchimento de cargos públicos por servidores temporários em diversas situações nas quais o concurso é obrigatório. Desse modo, é preciso que a previsão legal contemple hipóteses taxativas e específicas.
- **Processo de seleção:** A proposta de substituir o processo seletivo simplificado por análise curricular deve ser acompanhada de critérios objetivos, para garantir impessoalidade, moralidade, transparência, de modo a possibilitar o controle social. Ademais, não há na proposta a previsão de uma Comissão, com a formação técnica compatível, para realizar as referidas análises curriculares, o que seria de grande importância.





11. Quanto à **adequação financeira-orçamentária**, a concessão de benefícios como 13º salário e férias acrescidas de terço constitucional, tal como prevê o projeto, exige estudo de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, vejamos.

***“Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.***

***Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)***

***I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;***

***II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (...)***

***Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)***

***§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)***

12. No mérito, reconhece-se a importância da modernização da legislação municipal para atender às necessidades da administração, desde que respeitados os princípios constitucionais e legais.
13. Portanto, considerando que o projeto tramita em regime de urgência e que as Comissões possuem um prazo exíguo para análise, entendemos que é preciso que o Poder Executivo reavalie a proposta e observe a necessidade de realizar os ajustes apontados no presente parecer, apresentando as justificativas e os documentos necessários, principalmente o impacto financeiro-orçamentário decorrente da aplicação da norma.

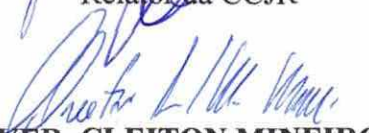


### III - CONCLUSÃO

14. Diante do exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, somos favoráveis à DEVOLUÇÃO do projeto de lei para reanálise dos aspectos de constitucionalidade e legalidade apontados, bem como para que sejam atendidas as normas financeiras/orçamentárias relacionadas à criação de novas despesas públicas.


Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2025.

  
**VER. LUCAS DENDEVITZ**  
Relator da CCJR

  
**VER. CLEITON MINEIRO**  
Relator da CFO

  
**VER. ENFERMEIRA TALITA**  
Presidente da CCJR

  
**VER. BENEDICTO MARTINS**  
Presidente da CFO

  
**VER. RODRIGO MENDES**  
Membro da CCJR e da CFO